Estratégia
OAB

5º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A Lei nº 9.394 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabeleceu algumas normas sobre o ensino fundamental. Em seu art. 32, caput, determinou que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade e terá por objetivo a formação básica do cidadão. O artigo causou uma forte discussão na jurisprudência, visto que alguns juízes e Magistrados entendiam que o ingresso no ensino fundamental estava limitado a crianças com seis anos de idade completos no início do ano letivo e outros entendiam que a criança poderia completar os 6 (seis) anos até o final do ano eletivo. A Associação Nacional de Proteção ao Ensino (ANPE), percebendo as divergências de entendimento em diversos Tribunais decide ingressar com a medida judicial objetivamente cabível. Considerando a hipótese acima, formule a peça adequada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

Estratégia OAB

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

Estratégia OAB

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

Estratégia OAB

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

Estratégia OAB

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Diante de uma pandemia, doença altamente infecciosa que se espalhou entre a população de quase todos os países do mundo, no Brasil, o Governo Federal resolveu requerer ao STF a decretação de estado de calamidade pública. Considerando essa situação hipotética, responda fundamentadamente os itens a seguir.

a) O Supremo Tribunal é órgão competente para decretar o estado de calamidade pública?

b) Qual a medida cabível em caso de desobediência pelo Executivo das metas fiscais durante o estado de calamidade pública?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 2

Iara, com apenas um ano e três meses de vida, foi diagnosticada com uma doença neurodegenerativa rara chamada atrofia muscular espinhal (AME). O quadro é degenerativo e não há cura. No Brasil o tratamento é através do medicamento Spinraza, de alto custo. O remédio deve ser ministrado em seis doses no primeiro ano de tratamento e três doses por ano pelo resto da vida ao custo de 145 mil reais cada dose. Aos 21 anos, ao chegar para realizar o tratamento na rede pública, foi informada que não havia medicamentos para o tipo de tratamento em questão, tendo em vista que os investimentos na área da saúde foram cortados totalmente pelo Governo Local. Iara imediatamente solicitou a prova da inexistência de recurso e falta de previsão orçamentária, porém não obteve sucesso. Diante da situação, procurou um advogado, que afirmou não haver medida cabível, já que o Poder público estava amparado pela chamada cláusula de reserva do financeiramente possível. Afirmou também que o Poder Judiciário em hipótese alguma poderia intervir nas políticas públicas. Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

a) A orientação dada pelo advogado está correta quanto à cláusula de reserva do financeiramente possível?

b) É correto afirmar que ao Poder Judiciário é totalmente vedado de intervir nas políticas públicas?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 3

Uma agência reguladora federal editou, em 2020, uma portaria proibindo os médicos de prescrever a utilização de medicamentos que não sejam de determinado fabricante. A Associação de Profissionais da Saúde do Amazonas, constituída há 2 anos, entendendo que tal portaria é inconstitucional, resolve ajuizar medida objetivamente cabível contra a referida portaria.

a) Diante do caso prático, é possível o cabimento de uma ADI contra a portaria?

b) A Associação mencionada é legitimada para a ação cabível?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 4

Vários partidos políticos de oposição ao governo federal iniciaram tratativas a fim de se fundirem, criando um partido, o chamado Partido Delta. Almejam, com isso, criar uma força política de maior relevância no contexto nacional. Preocupados com a repercussão da iniciativa no âmbito das políticas regionais e percebendo que as tratativas políticas estão avançadas, alguns deputados federais buscam argumentos jurídico-constitucionais que impeçam a criação desse novo partido.

a) É correto afirmar que a Constituição Federal veda a possibilidade de fusão entre partidos políticos?

b) É necessária lei aprovada no Congresso Nacional para criação de partido político?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB